



Tendências da Pesquisa
Brasileira em
Ciência da Informação

ABORDAGENS ARQUIVÍSTICAS INTERNACIONAIS SOBRE SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL¹

INTERNATIONAL ARCHIVISTICAL APPROACHES TO SUSTAINABILITY AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT

Luana Lobo dos Santos²
Marli Dias de Souza Pinto³

Resumo: O XVII Congresso do Conselho Internacional de Arquivos, realizado em 2012, na Austrália, foi o primeiro evento científico no âmbito dos arquivos e da Arquivologia a tratar sobre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável. A partir da constatação sobre esse assunto, surgiu a motivação para o desenvolvimento do presente estudo com objetivo de analisar as abordagens arquivísticas internacionais referentes à sustentabilidade nas dimensões social, econômica e ambiental apresentadas no evento. A escolha do tema, justifica-se como fundamental o envolvimento dos arquivos por circunstância da necessidade atual de debate para o alcance do desenvolvimento sustentável. Caracteriza-se como uma pesquisa exploratória e de abordagem qualitativa, tendo como procedimentos técnicos a pesquisa bibliográfica e documental. Como resultado, identificou-se nos arquivos e na Arquivologia no âmbito internacional, a adoção de ações e práticas sustentáveis alinhadas às dimensões do desenvolvimento sustentável, ambiental, econômica e social, no tocante à garantia do acesso à informação, transparência pública, preservação dos documentos e sustentabilidade no campo de ensino da Arquivologia. Constatou-se com essas ações e práticas que os arquivos vem a contribuir significativamente à participação social e ao alcance do desenvolvimento sustentável, inserindo a sustentabilidade no cotidiano arquivístico, principalmente à sustentabilidade informacional.

Palavras-Chave: Arquivos. Arquivologia. Sustentabilidade. Desenvolvimento Sustentável. Sustentabilidade Informacional.

¹ O texto foi submetido, avaliado, aprovado e apresentado no XXI ENANCIB.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (PGCIN/UFSC). luana.lobo@ufsc.br . <https://orcid.org/0000-0001-5642-1363>

³ Professora Adjunto IV do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (PGCIN/UFSC). marli.dias@ufsc.br. <http://orcid.org/0000-0002-0483-3988>

Abstract: *The XVII Congress of the International Council of Archives, held in 2012 in Australia, was the first scientific event in the field of archives and archival science to address sustainability and sustainable development. From the observation on this subject, the motivation for the development of the present study emerged with the objective of analyzing the international archival approaches regarding sustainability in the social, economic, and environmental dimensions presented at the event. The choice of theme is justified as fundamental the involvement of the archives due to the current need for debate to achieve sustainable development. It is characterized as exploratory research with a qualitative approach, using bibliographic and documentary research as technical procedures. As a result, it was identified in the archives and in Archival Science at the international level, the adoption of sustainable actions and practices aligned with the dimensions of sustainable, environmental, economic, and social development, about ensuring access to information, public transparency, document preservation and sustainability in the field of Archival teaching. It was verified with these actions and practices that the archives come to contribute significantly to the social participation and the achieve of the sustainable development, inserting the sustainability in the archival routine, mainly to the informational sustainability.*

Keywords: *Archives. Archival Science. Sustainability. Sustainable Development. Informational Sustainability.*

1 INTRODUÇÃO

O *International Council on Archives* (ICA) é uma organização não governamental, criada em 1948, por incentivo da agência especializada da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), com a finalidade de se dedicar ao “cuidado e uso do patrimônio arquivístico mundial, à proteção e garantia do acesso aos arquivos por meio de *advocacy*, definição de padrões, desenvolvimento profissional e promoção do diálogo entre arquivistas, formuladores de políticas, criadores e usuários de arquivos” (INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES, 2021, p.1, tradução nossa)

Desse modo, os congressos internacionais realizados pela entidade são eventos científicos de relevância na área arquivística, por trazer para o debate, perspectivas diversas sobre assuntos de impacto e dimensão global, enfrentados pelos arquivos. Como o ocorrido no XVII Congresso Internacional de Arquivos, realizado entre os dias 20 e 24 de agosto de 2012, na cidade de Brisbane na Austrália, trouxe como proposta principal, o “clima de mudanças” e subtemas como confiança, identidade e sustentabilidade (INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES, 2012, p.1, tradução nossa)

Segundo Schmidt (2015), essa proposta além de referir-se ao clima de mudanças vivenciado no campo dos arquivos, a partir do desenvolvimento econômico e tecnológico ocorrido após Segunda Guerra Mundial, como a ruptura entre *records* e *archives*, do ciclo de vida dos documentos e de profissionais específicos para cada idade, preocupações em torno dos documentos criados em ambiente eletrônico, também abrange os desafios quanto a gestão e preservação de documentos e informações frente aos riscos decorrentes dos efeitos das mudanças climáticas e a necessidade de motivar maior participação social para o alcance de um mundo melhor, por meio do desenvolvimento sustentável.

O panorama atual, ainda requer maior aprofundamento e debates acerca da sustentabilidade e suas dimensões para a compreensão da nova proposta de desenvolvimento sustentável, conforme já vem sendo discutido nas áreas de Biblioteconomia e Ciência da Informação (CI), principalmente no tocante à interrelação da informação com a sustentabilidade, e, portanto, justifica-se ser fundamental estudar essa temática no âmbito dos arquivos para provocar e conscientizar maior envolvimento

de toda sociedade, sobretudo da comunidade arquivística.

Neste cenário delineado anteriormente surgiu o seguinte questionamento: Que abordagens arquivísticas referentes à sustentabilidade nas dimensões social, econômica e ambiental se apresentam no XVII Congresso Internacional de Arquivos? Para responder, esta questão, o presente estudo tem por objetivo pontual: analisar as abordagens arquivísticas internacionais referentes à sustentabilidade nas dimensões social, econômica e ambiental apresentadas no XVII Congresso Internacional de Arquivos.

Metodologicamente, o estudo caracteriza-se como uma pesquisa exploratória com abordagem qualitativa, utilizando-se como procedimentos técnicos para fundamentação teórica, a pesquisa bibliográfica e documental e a coleta e tratamento dos dados realizada a partir das comunicações orais proporcionadas no respectivo evento.

A estrutura do estudo oferece as seguintes seções: a presente introdução; Desenvolvimento Sustentável e a Sustentabilidade; A discussão sobre a sustentabilidade e os Arquivos; em seguida, Percurso metodológico; Resultados; e por fim, as Considerações finais, Referências e Agradecimentos.

Desta maneira, busca-se apresentar e promover melhor compreensão das perspectivas, a partir das ações e práticas tomadas em 2012, nos arquivos internacionais relativas às dimensões ambiental, econômica e social, pilares do Desenvolvimento Sustentável que ainda norteiam o atual plano de ação global, a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A SUSTENTABILIDADE

Sob o ponto de vista de Sachs (2008, p.15), o desenvolvimento sustentável “nos impele ainda a buscar soluções triplamente vencedoras, eliminando o crescimento selvagem obtido ao custo de elevadas externalidades negativas, tanto sociais quanto ambientais.”

Os efeitos negativos do crescimento econômico sob o meio ambiente fizeram com que a Organização das Nações Unidas (ONU) voltasse esforços em busca de melhorias nos processos de desenvolvimento para salvar a relação entre desenvolvimento e meio ambiente em sua Primeira Década de Desenvolvimento (1960

a 1970), como se pode observar na reconceitualização em prol do ecodesenvolvimento nos anos de 1970, compreendendo o desenvolvimento sustentável como:

[...] obedece ao duplo imperativo ético da solidariedade com as gerações presentes e futuras, e exige a explicitação de critérios de sustentabilidade social e ambiental e de viabilidade econômica. Estritamente falando, apenas as soluções que considerem estes três elementos, isto é, que promovam o crescimento econômico com impactos positivos em termos sociais e ambientais, merecem a denominação de desenvolvimento [...] (SACHS, 2008, p.36).

Após a Conferência de Estocolmo (Suécia), em 1972, e a publicação do Relatório “Nosso Futuro Comum”, em 1987, resultado do trabalho da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, liderada por Gro Harlem Brundtland, a percepção sob o desenvolvimento sustentável foi popularizado como “[...] um desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem suas próprias necessidades” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1987, p. 46, tradução nossa)

Além disso, a publicação do relatório “Nosso Futuro Comum” determinou que para alcançar o desenvolvimento sustentável era necessário aplicar a sustentabilidade em três dimensões: ambiental, econômica e social de forma interligada, a relevância das informações relativas às questões ambientais e sobretudo, o uso de meios informacionais para facilitar a comunicação global e encontrar soluções em comum (SACHS, J., 2015 *apud* GERALDO; PINTO, 2019a, p.374)

Considerada um dos pilares do desenvolvimento sustentável, a dimensão ambiental como base de todas as dimensões, por ter foco na proteção do planeta e de tudo que o habita, ou seja, a Biosfera, e reunir os problemas que causem danos na relação do ser humano com o meio ambiente, como o uso indiscriminado dos recursos naturais, mudanças climáticas, danos à biosfera e perda de biodiversidade (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2012b)

A dimensão econômica compreende as preocupações em torno da relação do ser humano e o desenvolvimento sem comprometer o meio ambiente, de modo a viabilizar melhorias em gestão e negócios, transparência, mais oportunidades e o progresso

econômico respeitando os limites de recursos do planeta, conhecido como ecoeficiência, a fim de reduzir as desigualdades e os desperdícios em todas as dimensões (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2012).

E a dimensão social abrange questões específicas ao âmbito social, como problemas que atingem as pessoas e todos os elementos que formam a sociedade, e ainda é diretamente afetada pelos problemas ambientais e econômicos, no que tange ao consumo consciente, a responsabilidade em relação aos recursos ecológicos, o empoderamento local, inclusão e justiça social, identidade, bem como garantir o cumprimento dos direitos humanos, a participação pública na formulação de políticas públicas entre outros (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2012).

A Figura 1 a seguir apresenta os três pilares da sustentabilidade.

Figura 1: Pilares do Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Guimaraes (2019).

A busca por soluções em comum dos problemas considerados globais acarretaram debates e discussões no âmbito da ONU; realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD) ou Cúpula da Terra ou Rio-92, realizada no Rio de Janeiro em 1992; e a criação da Comissão de Desenvolvimento Sustentável (CDS) ao entenderem questões em torno da garantia do acesso e compartilhamento das informações como preocupação global, na consolidação da perspectiva de desenvolvimento sustentável (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1992a).

Para tanto, as Nações Unidas elaboraram um programa de ação para implementar o desenvolvimento sustentável, denominado Agenda 21 Global, por meio da qual disponibilizou-se métodos para enfrentar “as atividades relativas ao desenvolvimento e meio ambiente, nos planos nacional, sub-regional, regional e internacional” (BARBIERI, 2020, p.85), considerados como desafios do século XXI, sobretudo as relacionadas à modernização e uso de tecnologias que promovessem o intercâmbio de experiências e de informações sobre desenvolvimento sustentável (ALBAGLI, 1995).

Tais preocupações que abrangem a questão social relacionada à informação são compreendidas em um capítulo específico da Agenda 21 Global, intitulado “Informação para a tomada de decisões”, no qual sugere a redução das diferenças de acessibilidade, coerência e qualidade em matéria de dados, bem como de melhoria da disponibilidade da informação como padrões de desenvolvimento sustentável, adotando que:

No desenvolvimento sustentável, cada pessoa é usuário e provedor de informação, considerada em sentido amplo, o que inclui dados, informações e experiências e conhecimentos adequadamente apresentados. A necessidade de informação surge em todos os níveis, desde o de tomada de decisões superiores, nos planos nacional e internacional, ao comunitário e individual (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1992b, p.1).

Pontuando a informação e a comunicação como dinâmicas importantes e fundamentais para mobilização e articulação social em ações para o desenvolvimento sustentável e construção e disseminação dos discursos de sustentabilidade, justamente para que não favoreça a hierarquia e disputa de poder, mas sim, sejam respeitadas as visões divergentes na relação natureza e cultura (ALBAGLI; AVIZ, 2011).

Na campanha seguinte promovida pela ONU, “O Futuro que queremos”, para discutir os rumos do desenvolvimento sustentável para os próximos 20 anos, e reforçada durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), realizada entre 20 a 22 de junho em 2012, também no Rio de Janeiro, o acesso à informação e a capacitação da sociedade civil para uma maior participação da mesma são enfatizados nos debates, no intuito de promover o uso potencial das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) para facilitar o fluxo de informações entre os governos

e o público e reduzir o fosso digital entre o mundo desenvolvido e o em desenvolvimento. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2012, p.1)

Desse modo, tal necessidade ressalta “a natureza interdisciplinar da informação e de sua capacidade de provocar uma análise crítica que se reverta numa ação”, além de estimular “a participação ativa do indivíduo na construção e representação da realidade” em todo o processo de desenvolvimento sustentável (FURNIVAL, 2000, p.79).

No que se refere à discussão da temática da Sustentabilidade no âmbito da Ciência da Informação (CI), os autores Geraldo e Pinto (2019b) reconhecem a CI, enquanto ciência interdisciplinar e que tem a informação como objeto de estudo, como instrumento fundamental para a sustentabilidade informacional e o alcance de padrões mais sustentáveis de desenvolvimento, conforme vem sendo discutido na área da Biblioteconomia e aplicado pela *International Federation of Library Associations (IFLA)*, por meio de ações com o programa de *advocacy* internacionalmente e no Brasil, pela Federação Brasileira de Associação de Bibliotecários, Ciência da Informação e Instituições (FEBAB).

Além disso, em termos das abordagens apresentadas nas pesquisas científicas da CI, Geraldo e Pinto (2019a, p.5) constataram publicações realizadas apenas a partir de 2006, “sobre a relação do ecojornalismo com a educação ambiental”; em 2007, “conceitos relacionados com a sustentação da vida em nosso planeta, relacionados à educação em diferentes níveis, inclusive na mídia”; em 2009, “apresentando o tema da sustentabilidade no contexto da globalização, defendendo um estilo de vida sustentável e a construção de um novo paradigma, um paradigma holístico”; nos anos de 2010 a 2012, reflexões sobre “a dinâmica global relacionada ao conhecimento e à sustentabilidade; e análise de informações sobre sustentabilidade ambiental circulantes no Orkut”; e em 2011, “discursando sobre: responsabilidade empresarial; periódicos científicos; inclusão digital; modelo conceitual para jogos educativos digitais para hábitos sustentáveis de consumo [...]” (GERALDO; PINTO, 2019a, p. 5).

3 A DISCUSSÃO SOBRE A SUSTENTABILIDADE E OS ARQUIVOS

As tentativas das Nações Unidas para a conscientização mundial em torno dos problemas ambientais globais, realizadas entre o período dos anos de 1970 até início dos anos de 1990, atribuíram um caráter estratégico às informações referentes às condições ambientais, climáticas e recursos naturais, o que decorreu no aumento do interesse sob as pesquisas ambientais em busca de evidências das condições ambientais passadas e presentes (ABBEY, 2012).

Em 1974, após a Conferência de Estocolmo de 1972, a fim de otimizar os serviços de informação, a UNESCO realizou a Conferência Intergovernamental sobre o Planejamento das Infraestruturas Nacionais de Documentação, Bibliotecas e Arquivos, na qual discutiu-se, inclusive com o ICA, a respeito da proposta de integração dos “programas nacionais de documentação, bibliotecas e arquivos aos planos de educação, ciência, cultura, economia, comunicação e administração pública dos países” (FERRO, 2014, p.92)

Para Jardim, Silva, Nharreluga (2009), os investimentos da UNESCO em mega sistemas de serviços de informação, além de definir a noção de Sistemas Nacionais de Informação (NATIS) exerceu influência na organização das infraestruturas informacionais, de forma sistêmica no âmbito nacional, e ampliou os debates sobre as políticas públicas informacionais, no âmbito internacional.

O princípio 10 da Declaração da Rio-92 veio a reforçar essa perspectiva, estabelecendo o acesso à informação relativas ao meio ambiente como direito, o que ocasionou a adoção, em junho de 1998, do acordo internacional sobre o Acesso à Informação, Participação do público no Processo de Tomada de decisão e Acesso à Justiça em matéria de Ambiente na Convenção de Aarhus (Dinamarca) (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1992a).

Com a ênfase dada à participação social como essencial pela Agenda 21 Global, a necessidade de melhorias na coleta e avaliação de dados para o desenvolvimento de indicadores e obtenção de informações consistentes nas tomadas de decisões referentes ao desenvolvimento sustentável chamaram a atenção para instituições como arquivos, bibliotecas, museus e demais unidades de informação que promovem o acesso à informação (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2012).

Além disso, diante do desafio do crescimento rápido do uso informacional oriundo do desenvolvimento tecnológico, a UNESCO (2017) instituiu o Programa Informação para Todos (IFAP, em inglês) uma espécie de plataforma para estimular ações e formulações de diretrizes na área de acesso à informação e conhecimento, e assim empoderar pessoas e nações a se engajarem no processo de desenvolvimento sustentável.

Tal iniciativa ainda trouxe uma outra visão sob bibliotecas, arquivos e museus, no que tange à preservação da informação “sendo executada predominantemente para o fortalecimento e extensão dos princípios básicos do Programa Memória do Mundo (MoW, em inglês) e além de seus registros, que servem como catalisadores para alertar os tomadores de decisão e o público em geral” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, 2017, p.8, tradução nossa)

Ao analisar as interfaces em torno do direito de acesso à informação, a autora Bernardes (2015, p.166-167; 169) aponta a centralidade da gestão de documentos por compreender as “informações arquivísticas, que registram o exercício de funções e atividades institucionais e, por essa razão, comprovam e garantem a eficácia dos atos, nos âmbitos administrativo e jurídico”, e com essa base defende que “é urgente a construção de um novo conceito de arquivo público, de perfil institucional moderno e democrático, como órgão de inteligência, executor de funções típicas de Estado”.

Em consonância a essa perspectiva, destaca-se a elaboração de forma colaborativa em 2009 da Declaração Universal sobre os Arquivos (DUA), a qual despertou a consciência social e institucional pela responsabilidade coletiva para com a preservação do patrimônio documental, como compromisso de relevância social e correlacionada com o direito cidadão de livre acesso à informação social e orgânica (SANTOS, 2013).

Aprovada em 2011, na 36ª sessão da Conferência Geral da UNESCO, segundo o ICA (2011, tradução nossa), a declaração tem sua relevância como pilar fundamental de estratégia de divulgação e defesa dos direitos, ou seja, como *advocacy* das instituições arquivísticas, com a proposta de fortalecimento do posicionamento político e da responsabilidade social inerente aos arquivos, no apoio à democracia e garantia dos direitos dos cidadãos, reconhecendo que:

O caráter singular dos arquivos como evidência autêntica das atividades administrativas, culturais e intelectuais e como um reflexo da evolução das sociedades; o caráter fundamental dos arquivos no apoio à condução eficiente, responsável e transparente de negócios, proteção dos direitos dos cidadãos, fundamentação da memória individual e coletiva, compreensão do passado, documentação do presente e orientação das ações futuras (INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES, 2009, p.1).

Ao verificar em inúmeras organizações culturais, educacionais e de patrimônio público nas últimas quatro décadas cada vez mais a adoção de práticas voltadas para sustentabilidade ambiental, de forma mais ampla, e ainda atendendo as necessidades sociais, econômicas e culturais dos usuários da geração presente sem comprometer os da geração futura, em conformidade com a proposta do desenvolvimento sustentável, a arquivista Abbey (2012, p.92; 109, tradução nossa) avaliou em seu artigo que:

No entanto, no campo da Arquivística, a pesquisa concentrou-se no projeto de instalações e no controle ambiental, em vez de adotar uma abordagem holística e promover iniciativas simples, atingíveis e verdes que os arquivistas possam implementar prontamente em seus repositórios. [...] Para ir além da construção de edifícios verdes e do gerenciamento de instalações e operações e estimar seu impacto no mundo natural, a profissão de arquivista agora tem a oportunidade de dar um passo atrás e avaliar onde estivemos e para onde estamos indo nessa viagem verde.

Esse contexto de mudanças tanto no cenário internacional, com as preocupações acerca das condições ambientais, mudanças climáticas e participação social para o desenvolvimento sustentável, quanto na Arquivologia e nos arquivos, com a ruptura com o modelo americano e o desenvolvimento dos modelos canadense, europeu e australiano de gestão de documentos e informações, foi abordado pelo ICA no XVII Congresso Internacional de Arquivos, entre 21 a 23 de agosto de 2012, pela primeira vez, na cidade de Brisbane (Austrália) como tema principal “Clima de mudanças” (INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES, 2012).

Sob essa temática ainda abrangeu a confiança, a identidade e a sustentabilidade no campo dos arquivos e da Arquivologia, como subtemas para discussão, a fim de reunir soluções arquivísticas para enfrentarem os “desafios das mudanças na gestão de

documentos e informações e trabalharem juntos em estratégias para garantir acesso, preservação, segurança e a longevidade de evidências e informações” (INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES, 2012, p.2, tradução nossa).

4 PERCURSO METODOLÓGICO

O presente estudo caracteriza-se metodologicamente quanto ao seu objetivo como uma pesquisa exploratória, a fim de “desenvolver hipóteses; aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno”, utilizando-se por procedimentos técnicos para fundamentação teórica, a pesquisa bibliográfica e documental por fontes de acesso aberto e online e relativas aos assuntos abordados (LAKATOS; MARCONI, 2017, p.317).

A coleta de dados se deu a partir das comunicações orais apresentadas no XVII Congresso Internacional de Arquivos, evento organizado pelo ICA em 2012, nas quais realizou-se leitura breve dos títulos e resumos, considerando termos como >desenvolvimento sustentável< e >sustentabilidade< em arquivos e na Arquivologia.

Para o tratamento dos dados optou-se pela abordagem de forma qualitativa, a qual “[..] trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MINAYO, 2012, p.21).

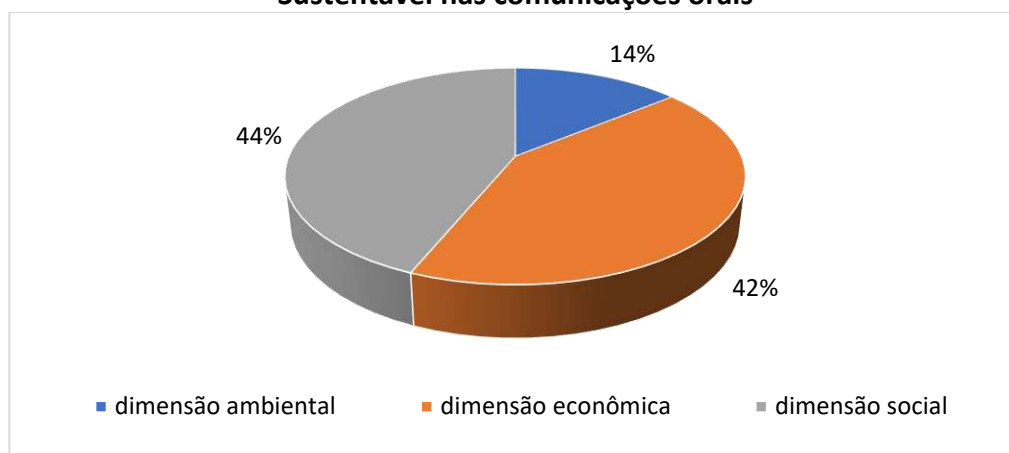
Verificou-se a frequência de aparição dos termos desenvolvimento sustentável e sustentabilidade, assim como objetivos e público-alvo das comunicações orais, que apresentaram relação com as dimensões ambiental, econômica e social, definidas pela ONU como pilares do desenvolvimento sustentável.

Tendo por finalidade mostrar as perspectivas internacionais a respeito dessa temática no campo dos arquivos, bem como incentivar o desenvolvimento de mais estudos e pesquisas científicas, compreendendo a responsabilidade social dos arquivos como peças fundamentais para garantir o acesso à informação pública e proteção dos demais direitos dos cidadãos no alcance do desenvolvimento sustentável.

5 RESULTADOS

Em seguida, apresenta-se a incidência das abordagens relacionadas às dimensões do Desenvolvimento Sustentável, ambiental, econômica e social encontradas nas comunicações orais do XVII Congresso Internacional de Arquivos, realizado em 2012, conforme Gráfico 1.

Gráfico 1: Incidência das abordagens relacionadas às dimensões do Desenvolvimento Sustentável nas comunicações orais



Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com o Gráfico 1 do total de 152 (100%) comunicações orais recuperadas no evento, constatou-se que 64 (42%) referem-se ao tema Desenvolvimento Sustentável e sustentabilidade em torno dos arquivos e na Arquivologia, sendo 9 (14%) relacionadas à dimensão ambiental, 27 (42%) à dimensão econômica e 28 (44%) à dimensão social.

Visto que na dimensão ambiental pondera-se sob a relação do ser humano com o meio ambiente, o uso dos recursos ambientais e a preservação da biodiversidade, as comunicações orais relacionadas à dimensão ambiental apresentadas em 9 (14%) estudos abordavam preocupações quanto a eficiência na gestão de documentos e o processo de construção da memória mundial, prevenção dos riscos ambientais para preservação dos documentos e a proposta de uso de materiais e edificações sustentáveis.

Observou-se o enfoque nas funções arquivísticas de avaliação, transferência ou recolhimento, eliminação para garantir a racionalização eficiente do volume documental a ser preservado, bem como a gestão de riscos a partir do uso de tecnologias, no intuito de prever os riscos ambientais, enfatizados nas perdas significativas de informações e documentos, devido às catástrofes causadas com terremotos e enchentes, como nos casos apontados ocorridos no Japão e nas cidades de Queensland e Canterbury.

Destaca-se também, as comunicações orais que propõem construções e reformas em edifícios de arquivos, fazendo uso de materiais sustentáveis para melhorias no ambiente e as que retratam uma nova organização ambiental, de realocação e redistribuição dos acervos como aplicado pelo Arquivo Nacional da França.

E ainda abordagens que apontam a evolução de práticas voltadas para um consumo consciente de recursos como água e luz, sem oferecer riscos à preservação dos documentos, bem como a aplicação da reciclagem, após garantir a descaracterização dos documentos com a realização da eliminação e a doação de seus resíduos a fim de evitar danos ao meio-ambiente.

Considerando a busca por soluções referentes à dimensão econômica propor estímulos ao progresso do ser humano por mais oportunidades, redução da desigualdade, responsabilidade social, a prestação de contas dos governos e empresas entre outros acerca de gestão e tipos de negócios, foram apresentadas 27 (42%) comunicações orais que discorrem sobre estrutura institucional e profissional, tal como iniciativas voltadas para o fortalecimento da área, dos arquivos e dos profissionais arquivistas; preocupações com relação ao alto custo do armazenamento digital e a necessidade de planejamentos de estratégia para preservação digital, mediante a diversidade de opções de sistemas e desenvolvimento de redes de descrição de arquivamento online.

Dentre as iniciativas para o fortalecimento da Arquivologia, dos arquivos e dos profissionais arquivistas destaca-se a percepção desenvolvida e aplicada em Quebec (Canadá) sobre a DUA, recém-aprovada na época pela UNESCO, delegando a responsabilidade coletiva da sociedade na promoção dos arquivos, patrimônio de uma nação, independente de questões políticas e econômicas, além de motivar os arquivistas

a defenderem assertivamente (*advocacy*) os arquivos e suas responsabilidades profissionais.

Por meio de atividades organizadas e técnicas utilizadas para ampla divulgação e conhecimento de todos os setores sociais, tal iniciativa enfatizou a relevância do documento como ferramenta para aumentar a conscientização sobre os arquivos, entre o público em geral e os líderes e tomadores de decisão; chamou atenção ao apoio dado aos princípios aceitos pela sociedade, como democracia e qualidade de vida, bem como pelos arquivistas, sobre a conservação e acesso; além de disponibilizar estratégias que garantam a sustentabilidade e confiança do papel essencial desempenhado pelos arquivos e arquivistas, situando-os no centro da administração pública e da sociedade.

Observou-se também abordagens que apontam a relevância da gestão de documentos e da manutenção de documentos arquivísticos (*recordkeeping*)⁴ para garantir a responsabilidade das organizações em prestar contas (*accountability*) e realizar a curadoria de seus arquivos (*archive administration*), que vem contribuir à dimensão econômica, principalmente quanto ao cumprimento da transparência e promoção de instituições eficazes, responsáveis e inclusivas.

Com vistas à inserção dos documentos oriundos das práticas sustentáveis destaca-se propostas de programas, com recursos limitados, para melhorias na avaliação de maturidade dos sistemas de gestão de documentos, por meio de mecanismos e ferramentas de avaliação, treinamento, orientação no desenvolvimento de planos de ação local e uma comunidade de prática, que agrega tanto nas questões estruturais, com o empoderamento dos funcionários para autoavaliação, reconhecimento das funções da gestão de documentos, quanto sociais, passando maior confiança na integridade dos documentos e como eles são gerenciados a longo prazo.

E, por fim, a busca por soluções na dimensão social se volta às questões que envolvem a toda sociedade, logo as comunicações orais que possuem relação à dimensão social se apresentam em 28 (44%) estudos, que defendem práticas voltadas

⁴ Segundo o dicionário de terminologias do Interpares 3 Project, a manutenção de documentos arquivísticos trata-se da função de capturar, armazenar e manter documentos arquivísticos e informação sobre eles, bem como o conjunto de regras que regulam tal função. Fonte: http://www.interpares.org/ip3/ip3_terminology_db.cfm?letter=r&term=43.

para sustentabilidade no campo educacional na formação dos arquivistas, abordam preocupações em torno da promoção do acesso à informação relacionada à construção de identidade e representatividade, como no caso apontado de promover igualdade de visibilidade, no ambiente virtual, entre acervos de arquivos de localidades e os de cidades grandes.

Além de propostas de um futuro sustentável dos arquivos aplicando-se nas funções arquivísticas tecnologias promissoras como a visualização informacional interativa por representação gráfica, denominada como InfoVis, e a abordagem de análise visual como VA em inglês, para caracterização de dados enormes, incertos e variáveis ao longo do tempo em que ocorre as análises de pesquisa, a fim de facilitar a compreensão das informações aproveitando o poder da percepção visual humana e cognição.

Vale destacar também nessas comunicações orais que apresentam relação à dimensão social, iniciativas como o desenvolvimento de normas e padrões para adaptação dos arquivistas às melhorias em todas as funções compreendidas na gestão de documentos, principalmente no que tange ao atendimento das necessidades informacionais dos usuários; manifestações a favor da participação dos usuários nos procedimentos para descrições de documentos, a fim de estimular o engajamento da sociedade com os arquivos e seus acervos; e ainda parcerias no desenvolvimento de políticas públicas, inclusive voltada ao campo dos arquivos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como já vem sendo discutido na área de Biblioteconomia e a Ciência da Informação, quanto a inserção da informação nos discursos sobre a sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, na Arquivologia também se observa um movimento significativo, conforme analisado nas abordagens arquivísticas referentes a essa temática, apresentadas no XVII Congresso Internacional de Arquivos.

Constatou-se nessas abordagens, perspectivas e ações sendo tomadas nos arquivos internacionais que destacam o quanto os arquivos podem contribuir e vem investindo para inserção da sustentabilidade no cotidiano arquivístico, de acordo com as

dimensões ambiental, econômica e social interligadas como presume o desenvolvimento sustentável, garantindo o acesso à informação e os demais direitos humanos, a memória da humanidade, a identidade e representatividade de um povo, bem como promovendo o engajamento para pesquisas acerca das mudanças climáticas e o controle social pela transparência e a prestação de contas, com a gestão e preservação dos documentos.

Diante do exposto, cabe ressaltar também o impacto da ênfase dada pela ONU e suas agências à participação social com a Agenda 21 Global, em 2012, no contexto dos arquivos e da Arquivologia, de forma positiva, como a aprovação contemporânea da DUA pela UNESCO e as mudanças nas estruturas sistêmicas dos arquivos, que vem a fortalecer a transição do paradigma custodial para o pós-custodial na Arquivologia, com o desenvolvimento de propostas de melhorias em mecanismos, ferramentas e programas para o fortalecimento das instituições arquivísticas diante desse novo olhar sobre o desenvolvimento; e no contexto social, o enfoque na capacitação e o empoderamento dos cidadãos, por meio da informação, que serviu para o reconhecimento das responsabilidades sociais dos arquivistas na construção do conhecimento acerca do desenvolvimento sustentável.

Dessa maneira é notório a relevância do debate acerca dessa temática no campo arquivístico, a fim de incentivar o desenvolvimento de mais estudos e pesquisas científicas em busca de um maior aprofundamento acerca da sustentabilidade, aplicações de ações práticas sustentáveis e, sobretudo a inserção da sustentabilidade informacional nos arquivos e Arquivologia, seguindo a tendência de diversas áreas de conhecimento como a CI e a Biblioteconomia para o efetivo alcance do desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

ABBEY, Heidi Moyer. The Green Archivist: A Primer for Adopting Affordable, Environmentally Sustainable, and Socially Responsible Archival Management Practices. **Archival Issues**, 2012. Disponível em: <http://digital.library.wisc.edu/1793/72389> . Acesso em: 03 maio. 2021.

AGENDA 2030. Plataforma Agenda 2030. 2021. Disponível em: <http://www.agenda2030.org.br/sobre/> Acesso em: 16 maio 2021.

ALBAGLI, Sarita. Informação e desenvolvimento sustentável: novas questões para o século XXI. **Ciência da Informação**, v. 24, n. 1, 11. 1995. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/617> Acesso em: 21 jan. 2021

ALBAGLI, Sarita; AVIZ, Roberta. Desenvolvimento sustentável, informação e comunicação: o caso Paragominas. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 12., 2011, Brasília. **Anais** [...]. Brasília: ANCIB, 2011. p.1692-1710. Disponível em: <http://ridi.ibict.br/handle/123456789/95> Acesso em: 20 jan. 2021.

BARBIERI, José Carlos. **Desenvolvimento Sustentável**: das origens à Agenda 2030. Coleção Educação Ambiental. Petrópolis: Vozes, 2020.

BERNARDES, Ieda Pimenta. Gestão documental e direito de acesso: interfaces. **Acervo - Revista do Arquivo Nacional**, n. 2, v. 28, p. 164-179, 2015. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/44985> . Acesso em: 28 nov. 2020.

FERRO, Carolina Martins. Os direitos humanos, a Unesco e os arquivos. Dissertação (Mestrado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense. 2014. 184 f. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/10678> . Acesso em: 05 jan. 2022.

FURNIVAL, Ariadne Chloe Mary. Desenvolvimento sustentável e a sociedade da informação: uma parceria natural? **Transinformação**, Campinas, v. 12, n. 1, p. 73-82, jun. 2000. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010337862000000100007&lng=pt&nrm=iso . Acesso em: 19 jan. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-37862000000100007>.

GERALDO, Genilson; PINTO, Marli Dias de Souza. Percursos da Ciência da Informação e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030/ONU. **Revista ACB**, [S.l.], v. 24, n. 2, p. 373-389, ago. 2019a. ISSN 1414-0594. Disponível em: <https://revistaacb.emnuvens.com.br/racb/article/view/1597> . Acesso em: 25 jun. 2020.

GERALDO, Genilson; PINTO, Marli Dias de Souza. Sustentabilidade informacional: relevância de discussão da temática do Desenvolvimento Sustentável na Ciência da Informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20., 2019b, Florianópolis. **Anais** [...]. 2019b. Disponível em: <https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/viewFile/495/769> Acesso em: 01 dez. 2020.

GUIMARÃES, Daniel. Sustentabilidade. Disponível: <https://meiosustentavel.com.br/sustentabilidade/> . Acesso em: 31 jul. 2019

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES (ICA). Declaração Universal dos Arquivos. 2011. Disponível em: <https://www.ica.org/en/universal-declaration-archives> Acesso em: 01 dez. 2020.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES (ICA). Programa do XVII Congresso Internacional de Arquivos. 2012. Disponível em:
<http://ica2012.ica.org/program/index.html> Acesso em: 02 abr. 2021

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES (ICA). Sobre o Conselho Internacional de Arquivos. 2021. Disponível em: <https://www.ica.org/en> Acesso em: 02 abr. 2021

JARDIM, José Maria; SILVA, Sérgio Conde de Albite; NHARRELUGA, Rafael Simone. Análise de políticas públicas: uma abordagem em direção às políticas públicas de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 14, n. 1, p. 2-22, 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/32975> . Acesso em: 22 fev. 2021.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de Metodologia Científica. 8. Ed. São Paulo: Atlas, 2017. Disponível em:
<https://docero.com.br/doc/v0ce1c> . Acesso em: 11 jan. 2021

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 621-626, mar. 2012. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S14131232012000300007&lng=en&nrm=iso . Acesso em: 24 jan. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000300007>.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Relatório Nosso Futuro em Comum** (em inglês). 1987. Disponível em:
<https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/5987our-common-future.pdf> Acesso em: 02 fev. 2021

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração do Rio de Janeiro. Conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento – Rio 92**. Estudos avançados: São Paulo, v.6, n.15. p.153-159, ago. 1992a. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ea/a/szzGBPjxPqnTsHsnMSxFWPL/?lang=pt> DOI:
<https://doi.org/10.1590/S0103-40141992000200013> Acesso em: 23 nov.2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Agenda 21 Global**. 1992b. Disponível em:
<https://antigo.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global.html> Acesso em: 02 fev. 2021

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL (ONUBR). **Relatório O Futuro que queremos (em inglês)**. Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio +20. Jun. 2012. Disponível em
<http://www.rio20.gov.br/documentos/documentos-da-conferencia/o-futuro-que-queremos/> Acesso em: 02 fev. 2021

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL (ONUBR). **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf> Acesso em: 02 fev. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Programa Informação para todos: consolidando a informação e Sociedade do Conhecimento, empoderando pessoas e nações**. | Information for All Programme (IFAP): consolidating information and knowledge societies; empowering peoples and nations. (em inglês). 2017. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000259991> Acesso em: 20 de jan.2021.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento**: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SANTOS, Jackson Guterres dos. A Declaração Universal sobre Arquivos, sua Arquivística socializante e a qualidade de vida. **Archeion Online**, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/archeion/article/view/17137>. Acesso em: 12 maio. 2021.

SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos. **Arquivologia e a construção do seu objeto científico**: concepções, trajetórias, contextualizações. 2012. Tese (Doutorado em Cultura e Informação). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-02072013-170328/pt-br.php>
DOI: <https://10.11606/T.27.2012.tde-02072013-170328> Acesso em: 27 nov. 2020.

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (PGCIN / UFSC).

Ao Grupo de Pesquisa em Gestão e Sustentabilidade na Ciência da Informação (GPSCIn / PGCIN / UFSC) coordenado pela Prof.^a Marli Dias de Souza Pinto.

À ANCIB e Comissão Organizadora do XX ENANCIB – 2021.